

第2章

ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES E PROBLEMA DE READAPTAÇÃO DOS FILHOS DE DEKASSEGUIS AO BRASIL

ブラジルにおける日本人移民の適応戦略と
出稼ぎの子どもたちの再適応の問題

Luzia Mitue Yamashita Deliberador
ルジア・ミツエ・ヤマシタ・デリベラドル

ESTRATÉGIA DE ADAPTAÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONÊSES E PROBLEMA DE READAPTAÇÃO DOS FILHOS DE DEKASSEGUIS AO BRASIL

ブラジルにおける日本人移民の適応戦略と 出稼ぎの子どもたちの再適応の問題

Universidade Estadual de Londrina (州立ロンドリーナ大学)

Luzia Mitsue Yamashita Deliberador

ルジア・ミツエ・ヤマシタ・デリベラドル

要 約

人が、なぜ別の場所へ、国へ、大陸へ移動するかについては、多くの人が説明を試みてきた。人間にはいつの時代にも未知を知ることへの強い欲求があり、それが政治、経済、社会、宗教などの問題が生じた時に、移動へと駆り立てられる。人の流出と移動先の地域を決定する最大の要因は労働力の需要と供給である。時代を越えて、封建的束縛、国家による束縛などが打ち破られ、居住と移動の自由が与えられた時、人間の大規模な移動が始まる。これらの説明のいずれもが移動という多面的な現象のいずれかの側面については、その本質をついている。

日本人がブラジルに移住した背景には世界経済の構造的な変容があったが、それに日本とブラジルのそれぞれの特別な要因が重なっていた。明治維新後の日本で税制改革や高利貸の浸透で多くの農民が土地を失い、日露戦争後の重税がこれに追い打ちをかけた。一方、新世界ブラジルでは、奴隷制の廃止、広大な未開墾地の存在、世界市場での急速な需要拡大に支えられたコーヒーをはじめとする熱帯農産物栽培のためのフロンティアの急速な拡大があり、外国から契約賃金労働者を連れてくるのが緊急の問題となっていた。最初、新しい賃金労働力はヨーロッパから求められ、それに応じてイタリア、ポルトガル、スペインを筆頭に大量のヨーロッパ移民が到来したが、ブラジルでの農場での状態の悪さからイタリアのように移民を送ることをやめる国も出て、そこで、その代わりとして、決して望ましい民族集団と思われていなかった日本人の招来が始まった。

しかし、日本人はブラジル社会に、特に、農業の面で大きな貢献をした。日本人移民の子供、二世は学業でも、職業人としても優れた成果を残した。しかし、ブラジルの経済危機がその人たちを日本に運ぶことになった。初代の移民から数えて二代、三代を経ての日本への逆流である。それは労働市場の需給関係、日本での高賃金が誘引力になっているが、冒険、ハイテクへの好奇心、祖先の地を知りたい、などの動機にも促されている。

ブラジルでジャポネーズと呼ばれていた日系人は日本に行けば外国人と呼ばれ、また、日本人とは価値観、感情、行動様式で違うことが日系人によって認識され、日系ブラジル人としてのアイデンティティが

強まる。しかし、長い在日経験の後では、子供たちは日本人のような行動をとり、帰国後の再適応に困難をきたし、ブラジルの行き方を受け入れることができず、日本に戻りたがる子供の例もある。ここには、親にはないアイデンティティの深い危機が見られる。特に十代においてそうである。十歳以前の子供については、再適応は容易である。

子供の教育に大変な犠牲を払い、それに成功した移民にとって、その子孫が学校で困難に陥り、低学歴に終わってしまうのを見るのは、また教育重視の姿勢を捨ててしまうのを見るのは実につらいことである。出稼ぎの人たちが日本に行く前によく準備できるように、また、帰国後の適応が順調にいくよう、政府、民間からの支援が必要である。親に十分な準備ができていれば、子供の再適応の問題とアイデンティティの相克の問題を回避し、あるいは、解決することは可能である。

本 文

Como ficam as crianças ou escolares, filhos de dekasseguis, que passam alguns anos no Japão, freqüentam escolas japonesas e retornam ao Brasil e encontram dificuldades na readaptação escolar? E as dificuldades são apenas de conteúdo programático da metodologia? Que tipos de dificuldades eles encontram? São essas as indagações deste trabalho, que visa, através da trajetória dos imigrantes e de seus descendentes japoneses, refletir sobre os motivos que levam o homem a migrar? E as conseqüências para a família, principalmente para as crianças? Os motivos que levaram os nossos antepassados a migrar para o Brasil são os mesmos que estão levando muitos nikkeis para o Japão?

1. IMIGRAÇÃO DE JAPONESES NO BRASIL

Por que o homem tem necessidade de se deslocar de um lugar para outro, de uma nação para outra ou de um continente para o outro? Afinal, por que a necessidade de emigrar? Quais as causas deste fenômeno social? Seriam as características da estrutura socioeconômica de seu país, como a fome, a guerra, a opressão política ou religiosa, o desemprego generalizado devido às crises econômicas? Por que as pessoas migram? Eis uma pergunta que nunca recebeu uma resposta completa, mas que já foi tema de muitas pesquisas e estudos. Exceto os aventureiros, ou aqueles que anseiam por mudanças, o homem não gosta de deixar a sua casa, sua comunidade. Vários fatores levam o homem a migrar. Passaremos a relatar a análise de vários estudiosos sobre os fatores que levam o homem a migrar.

Segundo Tetsuya Tajiri e José Yamashiro, "a História da humanidade mostra que ela viveu, desde o seu aparecimento na face da terra até hoje, repetidos movimentos de migração e fixação em várias regiões do globo. O homem sempre se movimentou por instinto, desejo de conhecer o desconhecido ou impulsionado por problemas políticos, econômicos, sociais, religiosos, etc. ou da combinação de dois ou mais desses fatores" (Tajiri e Yamashiro, 1992:15). Ou, segundo Singer, "são fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando oportunidades econômicas, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém" (Singer, 1977:40, 41).

Maria Thereza Schorer Petrone atribui o aquecimento verificado na movimentação migratória da população européia a duas conquistas da Revolução Francesa para o indivíduo: a liberdade ou o direito de migrar e o de mudar de residência. Segundo a autora, essas mudanças ocorrem em função de alguns aspectos a serem considerados: "os liames feudais entram em decomposição, a posse da terra é revolucionada e, o que talvez seja mais significativo, desenvolve-se a

ruptura da solidariedade entre os componentes de uma comunidade ou de uma família, tornando-se o elemento humano livre para se dirigir para onde mais facilmente pudesse encontrar soluções para seus problemas de sobrevivência” (Petrone, 1990:95).

Existem forças de repulsão e de atração: há países que levam sua população a emigrar e outros, que atraem populações de outros países. Segundo Petrone, “A partir do segundo quartel do século XIX a febre da América ou sonho da América se apresenta de duas maneiras distintas: a existência de amplas áreas não ocupadas no sul do país, onde condições climáticas favoreciam a instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades policultoras, e o contínuo avanço dos cafezais, especialmente em São Paulo, os quais exigiam constantes suprimentos de mão-de-obra” (Petrone, 1990:95).

Estas grandes migrações transoceânicas ocorrem em um período de radicais transformações dos meios de comunicações, surgem e se expandem as redes ferroviárias, a navegação a vapor é incrementada, e também o telégrafo, o telefone e o rádio, tanto nos países fornecedores de migrantes, como em alguns casos nos receptores.

Segundo Petrone, no período de 1890 a 1920, entraram no Brasil 3.523.591 imigrantes. Destes, em ordem quantitativa decrescente, temos: italianos, com 1.156.472 (mais de um terço do total); em seguida, portugueses com 1.030.666; depois, espanhóis (551.385), alemães (412.593), russos (408.475), japoneses (86.577), austríacos (79.052), sírio-libaneses (73.690), além de outras nacionalidades como poloneses, tchecos, lituanos, suíços, etc. (Petrone, 1990:100). Nem todos os emigrantes deixaram suas pátrias de origem com os mesmos objetivos e nem na mesma época. Há os que saíram com a resolução de emigração permanente, pretendendo fixar-se definitivamente no país adotivo, ao mesmo tempo em que outros visavam apenas uma permanência temporária, com o objetivo de ganhar dinheiro. O imigrante japonês não era prioridade para as necessidades do Brasil, e sim os europeus. Ele começa a ser introduzido no país, ao lado dos migrantes tradicionais, a partir de 1908. Isso devido à constante instabilidade do imigrante europeu, tanto nas fazendas como no próprio estado, e devido a fatores externos, como o decreto Pinetti, e internos, como a superprodução cafeeira, e principalmente com a possibilidade de abrir novo mercado para o café no Japão. Isso fez com que o governo paulista se interessasse pelo povo japonês.

Segundo Ando e Wakisaka, “Durante o período que vai do começo do século XIX até a terceira década do século XX, a migração internacional maciça foi um fenômeno de alcance mundial, atingindo também o Japão. Aproximadamente 75 milhões de pessoas deixaram seus países neste espaço de tempo, iniciando um grande movimento migratório” (Ando e Wakisaka, 1971:4).

A emigração dos japoneses deve ser compreendida como fazendo parte do movimento migratório internacional, que se processou num período histórico em que ocorreram grandes transformações estruturais em muitas das sociedades do mundo: quase todas as nações estavam em processo de transição do Regime Feudal, via mercantilismo para o Capitalismo.

O Japão teve, no ano de 1868, um marco histórico-A Revolução Meiji-que pôs fim ao Governo Tokugawa. Marcou a passagem do país de um Estado Feudal para um Estado Moderno. A partir dessa data, houve transformações profundas, tanto no campo político como no econômico e social.

A Constituição de 1889 conferiu ao Imperador poderes ilimitados, já que o consideravam de origem divina. Abandonaram a política isolacionista dos shoguns e incrementaram as relações com as potências ocidentais.

A economia, baseada quase que exclusivamente na agricultura, passou a manufatureira e industrial, o que levou muitos camponeses ao abandono do campo em busca das cidades. A Revolução Meiji não melhorou a situação desses

ex-camponeses, que, obrigados a pagar altos impostos, acabaram perdendo ou arrendando suas terras. Partiram para as cidades, mas não conseguiram ser absorvidos pelas indústrias, por falta de qualificação.

Para agravar ainda mais a situação, a Reforma Tributária de 1873 não permitiu mais o pagamento dos tributos em espécie e sim, em dinheiro. O reflexo dessa medida pode ser observado no fato de que, entre 1883 e 1890, aproximadamente 367.000 lavradores perderam suas propriedades pelo confisco e, entre 1884 e 1886, 1/7 de todo o território arável foi perdido por hipotecas. O governo japonês, diante da penúria do campo, não mais impediu a saída dos cidadãos para o exterior.

Por outro lado, vivia-se, no Novo Mundo, uma época em que os empresários agrícolas, após a abolição da escravatura, possuíam enormes extensões de terra já desbravadas e tinham, a todo custo, que chamar trabalhadores assalariados do exterior, sob pena de tornar-se impossível prosseguir com a produção de café, algodão e cana-de-açúcar, produtos do Novo Mundo.

Foi diante desta conjuntura mundial que os japoneses, apesar de não serem o grupo étnico de preferência dos brasileiros, cuja preferência recaía sobre os europeus, migraram para o Brasil.

No início da emigração japonesa para o Brasil, a importância da cultura cafeeira aumentava de ano para ano, de modo que o desenvolvimento do comércio cafeeiro tornou-se, necessariamente, um dos principais objetivos da política nacional, e o problema de mão-de-obra agrária, uma das principais questões da economia. Por isso, o governo resolveu o problema de escassez de mão-de-obra com a introdução de imigrantes europeus.

Assegurada a mão-de-obra necessária, o comércio cafeeiro expandiu-se rapidamente. Atraídos pela exportação sempre crescente, grandes capitais foram investidos na cultura do café. Mas, com essa expansão desordenada, sem qualquer planejamento, vieram, a partir de 1896, a crise e a superprodução. O preço despencou e, em 1907, atingiu o ponto mais baixo da depressão até então registrado.

Essa crise refletiu também nos trabalhadores. Muitos colonos abandonaram as fazendas, outros regressaram aos respectivos países de origem. Durante a crise, mais de 300.000 pessoas deixaram o Brasil. Além disso, o governo italiano proibiu, temporariamente, em 1902, a saída de seus imigrantes destinados ao Brasil.

Com isso, o governo brasileiro passa a aceitar a presença dos asiáticos. A corrente imigratória japonesa para o Brasil, na forma de colono, iniciou-se em 1908, quando a economia brasileira entrou no período de recuperação da crise cafeeira.

Segundo Sakurai, "a imigração japonesa no Brasil é uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil. Cada país tem os seus interesses próprios, que se coadunam com o momento histórico em que se desenrola. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso" (Sakurai, 1999:202).

Transportando 781 imigrantes lavradores contratados (165 famílias com 733 membros e mais 48 avulsos) pela Companhia Imperial de Colonização Ltda., o navio a vapor Kasato Maru chegou, às 9h30min. do dia 18 de junho de 1908, ao Porto de Santos. A viagem durou sessenta dias.

De 1908 a 1941, entraram, no Brasil, 186.272 imigrantes japoneses.

Os japoneses que vieram nesta fase inicial de imigração eram, em sua maioria, imigrantes temporários que visavam trabalhar por alguns anos no Brasil e, posteriormente, retornar ao seu país com o dinheiro acumulado nesse período.

Com o passar do tempo, os imigrantes japoneses compreenderam a inviabilidade de acumular recursos por eles planejados, em curto prazo de tempo, através de trabalho assalariado, quer nas fazendas como nas cidades. Passaram

a considerar a estada, no país, por um período de tempo mais longo. Mesmo arrependidos de terem deixado a terra natal, retornar ao Japão era praticamente impossível. Além das dívidas para saldar, retornar como derrotado era inadmissível para um japonês. E, para agravar ainda mais a situação, o desfecho final da Segunda Guerra Mundial refletiu decisivamente no futuro dos imigrantes japoneses residentes no Brasil. A derrota sofrida pelo país de origem tirou dos imigrantes a esperança e o sonho de retornarem ao Japão, o que motivou a permanência definitiva no país adotivo.

2. FIXAÇÃO NO BRASIL

A decisão de fixar residência no Brasil produziu uma profunda mudança no planejamento de vida dos imigrantes. Os japoneses, que durante a guerra sofriam restrições ao seu deslocamento, iniciaram, no pós-guerra, um crescente movimento migratório dentro do território nacional.

Dentro dos objetivos desses imigrantes, um dos principais foi a educação dos filhos. Ele a viu como a única alternativa para que os filhos pudessem se integrar e conseguir a ascensão social no país. Para isso, não pouparam sacrifícios nem trabalhos árduos. A participação dos descendentes japoneses nas melhores universidades do país ocorreu rapidamente.

Em menos de um século, o Brasil transformou-se no país que abriga o maior número de japoneses e seus descendentes fora do Japão. Segundo estimativas, hoje são mais de 1,5 milhões de pessoas (cinco gerações), em relação aos primeiros 781 migrantes que chegaram ao Porto de Santos, em 1908, a bordo do Kasato Maru, para trabalhar em lavouras de café, no interior paulista.

Em 1988, o Centro de Estudos Nipo-Brasileiro realizou o Censo "Pesquisa da população de descendentes japoneses residentes no Brasil", em comemoração aos 80 anos de Imigração Japonesa. Foram feitas entrevistas em 33.500 residências. O estado de São Paulo registrou 70,8% da população nikkei - a cidade de São Paulo mostrou-se a capital nipônica do país, com 38% -; o estado do Paraná, segundo colocado, ficou com 11,8%. Quanto ao censo por região, obteve-se: Norte, 2,9%; Nordeste, 2,5%; Centro-Oeste, 4,2%; e, Sudeste, incluindo São Paulo, 78,3%. O Censo revelou um dado novo para quem costuma associar os brasileiros de origem japonesa às atividades agrícolas: apenas 10,8% vivia na Zona Rural, enquanto a imensa maioria residia em cidades (89,2%).

Segundo pesquisa Datafolha, realizada em 1995 (nos cem anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Japão), a comunidade japonesa no Brasil apresentou graus de escolaridade e de renda superiores à média da população brasileira. Em São Paulo, enquanto 50% de pais isseis e 65% de mães isseis só cursaram o primeiro grau escolar, 95% dos nikkeis consultados concluíram o segundo grau e 53% passaram por faculdades, sendo que 49% dos membros da comunidade apresentaram renda familiar superior a 20 salários mínimos.

Os imigrantes japoneses deram grandes contribuições para a sociedade brasileira, principalmente na transformação da agricultura brasileira, desde o preparo e trato do solo à experimentação agrícola, até a criação de variedades mais econômicas e introdução de novas espécies e técnicas, principalmente no setor hortifrutigranjeiro e na indústria de sementes.

Os imigrantes japoneses e seus descendentes usufruem, hoje, os frutos de uma vida dedicada ao trabalho árduo. Os seus filhos têm formação escolar que os credencia a ter "sucesso" na vida profissional. A crise econômica do país, entretanto levou muitos desses descendentes, filhos e netos de imigrantes japoneses, para o Japão, fazendo o caminho inverso de seus ancestrais, a fim de trabalhar e ganhar dinheiro.

3. DEKASSEGUIS—O CAMINHO DE VOLTA

As empresas japonesas têm atraído a mão-de-obra estrangeira, principalmente de países que são incapazes de garantir salários e empregos dignos para os seus cidadãos.

Existem aqueles que vão com o espírito de “aventura”, em busca do “novo”, do “moderno”, da oportunidade de conhecer o país dos antepassados.

A migração internacional para o Japão coloca o trabalhador dekassegui, mesmo com a ascendência japonesa, frente a uma cultura totalmente divergente, com símbolos, códigos culturais e práticas sociais antagônicas. Essa vivência totalmente desterritorializada leva os dekasseguis a produzirem novas categorias através das quais vivem as suas vidas, recriam o imaginário e compreendem os seus mundos.

Os dekasseguis, que no Brasil eram reconhecidos como japoneses, no Japão são considerados estrangeiros e não partilham dos mesmos valores, sentimentos e comportamentos dos nativos. É um choque cultural que provoca nos dekasseguis uma reação inversa: sentem-se mais brasileiros do que japoneses.

Segundo Brandão (1986), “a identidade étnica é compreendida como uma construção situacional e, no limite, uma estratégia de sinais e sentidos de diferença realizadas não apenas, mas frequentemente, através de relações de contraste. Entretanto, a identidade não pode ser vista como tendo uma dimensão própria, porque no cotidiano as pessoas não estão preocupadas em estabelecer diferenças e reforçar apenas aquilo que expressa a sua cultura. A identidade não pode ser vista como uma caricatura.

Os descendentes japoneses no Brasil, apesar de apresentarem características físicas semelhantes aos japoneses, passam despercebidos na sociedade brasileira. Entretanto, mesmo esses descendentes nascidos no Brasil, que falam a língua portuguesa e se comportam culturalmente como brasileiro, são chamados e considerados japoneses. É isso agrava ainda mais o choque cultural, porque os descendentes de japoneses passam a se comportar como estrangeiros, tornando os seus objetivos unicamente capitalistas.

Os dekasseguis com problemas de identidade cultural, transmitirão esse sentimento aos filhos que, portanto, terão dificuldades no retorno ao Brasil. Essas dificuldades não são consequência do conteúdo programático ou curricular das escolas, mas, sim, de identidade, porque muitas vezes esses filhos não aceitam o retorno ao Brasil por se portarem como verdadeiro japoneses. Há casos onde se inteiram de tal forma da cultura japonesa, que não mais aceitam o Brasil; querem voltar ao Japão. Isso ocorre principalmente com adolescentes, o que já não é válido para crianças até dez anos de idade, pois essas não encontram grandes dificuldades de readaptação.

PROBLEMA DE READAPTAÇÃO DOS FILHOS DE DEKASSEGUIS

O imigrante japonês, ao decidir ficar em definitivo no Brasil, investiu e priorizou a educação de seus filhos como um dos meios de ser aceito pela sociedade brasileira e, principalmente, de poder galgar a ascensão social. Essa priorização, na maioria das vezes, foi com muito sacrifício, não permitindo ao imigrante nenhum conforto e muito menos cultura e lazer. E para esse imigrante é muito triste ver seus descendentes com dificuldades na escola, perdendo anos de estudos, em muitos casos deixando de dar prioridade à educação.

Os dekasseguis brasileiros consideram o Brasil o seu país, o centro, o local de origem onde retornarão quando vencerem os seus contratos de trabalho. É aqui que seus filhos, como cidadãos brasileiros, devem estudar e se formar. E as dificuldades na readaptação devem ser superadas, prevenidas.

Além do trabalho em escolas com currículos adaptados, é necessário, principalmente, trabalhar com a identidade

cultural dos dekasseguis e seus familiares. Os dekasseguis precisam de apoio ao sair do Brasil e no seu retorno. O homem que migra de um país para outro, de uma cultura para outra, se não estiver bem preparado, se perde. Há necessidade de políticas governamentais para dar este suporte. Os pais bem preparados terão condições de contornar e resolver os problemas dos filhos na redaptação escolar, e até os problemas de conflitos em termos de identidade.

BIBLIOGRAFIA

- ANDO, Zempati e WAKISAKA, Katsunori. Sinopse Histórica da Imigração japonesa no Brasil. In: O Japonês em São Paulo e no Brasil. São Paulo, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1971.
- ASARI, Alice Yatiyo. E eu só queria voltar ao Japão (Colonos Japoneses em Assaí). São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAPUANO, Adriana. Japoneses no Brasil ou Brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade dentro de um movimento migratório. In: Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisadores Nikkeis, 1997. Águas de Lindóia, 1997.
- KAWAMURA, Lili. Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão. Campinas: editora da UNICAMP, 1999.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. A Imigração Japonesa para a Lavoura Cafeeira Paulista (1908-1922). São Paulo: EDUSP/Instituto de Estudos Brasileiros, 1973.
- PETRONE, Ma. Thereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.) O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930) 4a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990. pp.93-133 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, vol.2).
- SAKURAI, Célia. "Primeiros Pólos da Imigração Japonesa no Brasil". In: Revista USP-Dossie Brasil/Japão, 1995, no. 27:32-45.
- Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: Fausto, Boris (org.) Fazer a América. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SINGER, Paul Israel. O Papel do Crescimento Populacional no Desenvolvimento Econômico. 2a. edição. São Paulo:Hucitec, 1977.
- UMA EPOPÉIA MODERNA: 80 ANOS DE IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL. Comissão de Elaboração da História dos 80 anos de Imigração Japonesa no Brasil. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- VIEIRA, Francisca Isabel. O Japonês na Frente de Expansão Paulista. São Paulo: Pioneira, 1973.
- WAKISAKA, W. e SAITO, H. Cultura, migração e nissei. In: Assimilação e integração dos japoneses no Brasil (org. Saito & Maeyama), Petrópolis/São Paulo, Vozes/EDUSP. 1973.
- WATANABE, K., Futuro da Comunidade Nikkey Brasileira. In Revista da USP, dossiê Brasil-Japão. São Paulo: USP, 1995, no. 27.
- YOSHIOKA, Reimei. Por Que Migramos Do e Para o Japão. Os exemplos dos Bairros Aliança e dos atuais Dekasseguis. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1995.